



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 111 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1996 - R\$ 1,00

**As greves pela reposição salarial se espalham pelo país**

**Aumento da inflação e demissões empurram as massas para a luta**

**É preciso organizar a greve geral por tempo indeterminado para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC!**

**Carandiru: justiça condena os presos assassinados e inocenta o governo e a PM**

**Candelária: um a um os PMs vão se livrando dos julgamentos e das penas**

**Corumbiara: justiça julga culpados os sem-terra massacrados**

**Nenhuma ilusão na justiça burguesa!**

**Os capitalistas nunca julgarão a si mesmos!**

**Formar os TRIBUNAIS POPULARES, a partir de representantes eleitos nas assembleias operárias, populares e estudantis, para julgar, punir e impor suas resoluções à burguesia com a ação direta (greve geral)!**

# A quinzena de luta do movimento operário

## A legislação social não liberta o trabalhador da exploração e opressão.

As leis são elaboradas pela burguesia, isto é, pela classe dominante, que detém o poder político e econômico. A violação dos direitos trabalhistas pelos patrões, como o não depósito do FGTS, não pagamento das rescisões de contrato, inexistência de equipamentos de segurança, adicional de insalubridade etc deve ter um basta. As leis em defesa dos trabalhadores servem para diminuir minimamente a exploração do capitalista e nada mais. A luta por melhores condições de trabalho e o cumprimento das leis por parte dos patrões (violadores) e o governo (não faz justiça para os trabalhadores) deve mobilizar a classe operária na conscientização das limitações e da farsa das "leis democráticas constitucionais".

\* Na FEM, fábrica de peças para trator, os operários exigem retorno da jornada de 44 horas. Para evitar demissões, aceitaram negociação com a empresa que reduziu a jornada para 40 horas e reduziu o salário em 25%.

\* Papeleiros da Cia. Suzano de Papel e Celulose protestam em frente à fábrica contra a morte de operário. Pressionados por maior produtividade (Programa Qualidade Total) os operários cumprem jornada exaustiva

\* Químicos da Unipar fazem manifestação contra o fechamento do 5º turno, que é garantido ao trabalhador através da Constituição. O fim do turno causa demissões, sobrecarregando os demais operários. Podem causar acidentes e prejudicar a sociedade.

\* Brosol transfere fábrica e desemprega operários. Desde 94 a fábrica vem demitindo e agora o sindicato negocia pacote de benefícios.

\* Metalúrgicos da Scania de São Bernardo paralisam atividades por

tempo indeterminado. Fizeram passeata e atrasaram em duas horas a produção. No dia seguinte, como não obtiveram resposta das reivindicações enviadas há 40 dias, os operários retornaram à greve por tempo indeterminado. O mais grave é negociação feita pelo Sindicato sobre a flexibilização da jornada de trabalho. Os operários trabalharam a mais e agora não podem compensar, segundo o patrão.

\* Na Borlem, operários entram em greve exigindo a devolução do salário de quando a fábrica reduziu a jornada de trabalho: 10% de aumento real concedidos em 1991 e descontados em 92 e a reposição integral da inflação de novembro a março (5,74%).

\* Eletricistas da Ford de São Bernardo ganham processo de adicional de periculosidade e empresa entra com recurso. Paralisaram por duas horas as atividades exigindo que empresa retire recurso.

\* Operários da Tecnoestamp em greve contra o atraso do depósito do FGTS, suspensão do convênio médico e vale-transporte. Somente retomam a produção quando patrão depositar o que lhes deve e garantir o vale e convênio médico.

\* A Fábrica Kinas & Fonseca corta refeição e cesta básica dos operários, demite e quer pagar rescisões em parcelas.

\* Metalúrgicos da Forjauta, Versa Pac, Feva decidem greve contra o atraso no pagamento do salário.

\* A Italmagnésio não deposita o FGTS há 6 anos, atrasa todos os meses o pagamento dos salários. Enquanto isso a produção mensal dobrou para 70 mil rodas de carro. Operários decidem entrar em greve.

\* Operários da Capelinha e da Pressimac fazem paralisação e recebem salário atrasado.

\* Metalúrgicos do setor eletroeletrônico continuaram a greve, por fábrica, mais de 15 dias: na Reifenhauer, Zema, APV. Na Singer e Dako, Pierre Saby receberam 7% de reposição salarial. Na Philips, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, fechou em 5,74% (reposição da inflação de novembro a março). Os acordos individuais de 8% a 15% e os de 7%, equivalem a 5% de reajuste em abril (data-base), 1,9% em maio.

\* Greve pipoca (de 2 horas), por departamentos, na General Motors de São José dos Campos. Os patrões se recusam a negociar a reposição da inflação (5,74%)

\* Trabalhadores da Plastifama, de Santo André em greve por aumento de 15%, PLR e convênio médico gratuito para os dependentes.

\* Marceneiros da Escriba que fizeram greve relâmpago dia 3 de maio, retomam paralisação por tempo indeterminado para pressionar patrão a negociar. Rejeitam unificação do piso da categoria em R\$ 290,000 e o aumento de 7% para 10% nas refeições. E o reajuste do salário?

\* Marceneiros da Micro Móveis, em Lauzanne Paulista realizaram cinco assembleias desde julho de 95 e a empresa não apresenta contraproposta para as reivindicações: 15% de aumento real, cesta básica para todos os operários, PLR e uniformes para trabalhar.

## GREVE DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS - SP

\* Motoristas e cobradores de ônibus aprovaram entrar em greve, após dois dias manifestações isoladas, contrariando a orientação da diretoria do sindicato de esperar mais um dia pela negociação. As direções sindicais já haviam cancelado uma passeata unitária (30/04) dos metroviários, motoristas, trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente. Reivindicam 36,69% de reposição, 11% de produtividade. A Transurb (patronal) e a prefeitura liberam os clandestinos, as lotações e ameaçam com demissões e a catraca eletrônica.

A catraca eletrônica é meta do governo, que levará à demissão dos cobradores. Agora se aproveita da greve para ter uma desculpa sobre o desemprego que tal medida causará.

Os empresários, quando passaram a administrar o transporte coletivo na cidade, diminuíram o número de ônibus em circulação, linhas que não funcionam nos fins de semana e intervalos de mais de 50 minutos. A população, que depende do transporte coletivo para ir ao trabalho, tem sofrido todos os dias. Precisam sair de suas casas muitas horas antes do trabalho para esperar a demora ou então conseguir entrar num ônibus, metrô ou trem. O que encontramos é o descaso do governo para com os trabalhadores.

.....  
A inflação do mês de abril foi de 1,62% (7 vezes maior que a de março). O leite subiu 10,23%, a batata 13,90% e o feijão 3,88% O vestuário subiu 4,39%. Cesta Básica fica mais cara. O preço dos alimentos. O Instituto de Pesos e Medidas encontrou 16 produtos com peso menor do que o indicado na embalagem: óleo de soja, farinha de mandioca, macarrão, café, fubá, açúcar, feijão

## PREFEITO DEVOLVE TERRENO DESAPROPRIADO E DESPEJA 5 MIL MORADORES DE MUTIRÃO

Em clima de guerra, policiais e cavaleiros armados, bombeiros e viaturas, o governo caloteiro de Santo André e a justiça garantem propriedade aos burgueses, deixando famílias de trabalhadores jogados na rua. Máquinas, tratores e caminhões da prefeitura derrubam barracos e casas, amontando móveis e pertences dos "agora sem-teto". Em passeata até a prefeitura, queriam apoio dos vereadores. Este é o fim da desapropriação "de área abandonada" no Jardim Alzira Franco, feita pelo ex-prefeito petista Celso Daniel, "para fins habitacionais". As ocupações de terra são um método dos explorados se defenderem da pobreza e miséria. O movimento operário deve se colocar do lado do movimento popular, organizando as ocupações e a autodefesa contra a repressão policial.

Nacional



# As massas devem contratar o governo FHC em crise

A crise do programa “Comunidade Solidária” é mais um elemento de crise do governo FHC. O agravamento da crise econômica, com o aumento da recessão e desemprego, os sucessivos escândalos de corrupção e favorecimentos, a incapacidade de conter o crescimento das ocupações de terras, os massacres impunes, tudo sem respostas do governo, vão aumentando as críticas e agravando as divisões entre as frações burguesas que sustentam FHC. Até a ala direitista do reformismo, que se colocava pelo apoio crítico ao governo, como Betinho, foi obrigada a se afastar. A aproximação das eleições municipais o amedrontou com a possibilidade de perder votos pela participação no governo.

FHC tentou reforçar sua base parlamentar com a reforma ministerial, dando um ministério importante ao PPB malufista e criando um ministério de coordenação política para o PMDB. O resultado foi abrir mais uma crise no interior do PSDB, que se considerou prejudicado. Por mais que faça, o governo não consegue uma unidade burguesa suficiente para aprovar a reforma fiscal e administrativa.

Por trás das negociatas e divisões interburguesas está o agravamento da crise econômica. A aplicação do neoliberalismo tem estimulado as tendências recessivas e a atuação do governo para fazer aprovar as reformas no Congresso, através de negociatas e concessões, eleva a dívida pública e pressiona a inflação. O crescimento do número de falências e concordatas expressa a incapacidade das empresas de manterem o parasitismo com a estagnação das vendas. Os estados e municípios, bem como os bancos estaduais, mostram-se falidos e sem condições de investir.

A destruição das forças produtivas é consequência da aplicação da linha neoliberal ditada pelo imperialismo. Para desovar sua produção enalhada e para dar condições aos governos de arcarem com o parasitismo financeiro, as potências imperialistas exigem dos países atrasados (semicoloniais) a abertura dos mercados e a reforma do Estado, através da destruição dos serviços sociais públicos, elevação de impostos e corte de investimentos. Tudo isso implica em falências de setores da burguesia e agravamento da miséria das massas, tudo em favor do capital estrangeiro e de seus sócios nacionais. Por isso, a aplicação das reformas antinacionais e antipopulares de FHC tem de passar por uma crise interburguesa, onde cada bando capitalista luta para sobreviver e se

associar ao imperialismo, pisando sobre os cadáveres dos outros capitalistas e, principalmente, sobre a miséria das massas. Por isso é impossível a aplicação dessas reformas simplesmente através da negociação.

A grande vantagem que FHC tem é a colaboração das frações da burocracia sindical, que mantêm as massas divididas diante da ofensiva do governo e da burguesia. Por mais que as massas reajam com lutas isoladas por todo o país, a ação da burocracia tem conseguido limitar sua força com a política de colaboração de classes.

As recentes greves de vários setores reivindicando a reposição salarial mostram, pela sua radicalidade, uma grande disposição de luta. As tendências inflacionárias, apontando para taxas de cerca de 2% ao mês sem reposição, impulsionarão essas tendências de luta. O crescimento das demissões em todos os setores, que significam a redução do número de postos de trabalho e superexploração dos que estão

empregados, apontam a importância da defesa do emprego e a necessidade de unir empregados e desempregados para defender a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. A defesa do salário e emprego pode levar a uma mobilização nacional contra FHC e seu plano antinacional e antipopular.

Reforça-se a necessidade de uma campanha nacional de luta, baseada na convocação de assembleias e plenárias de base em todos os setores e na eleição de comandos de luta acima das direções burocráticas, para por abaixo as reformas neoliberais. As tendências de luta mostram a possibilidade de organizar uma greve geral

Nacional

## É Necessário uma Verdadeira Greve Geral Contra a Fome, a Miséria e Pela Punição dos Assassinos dos Sem-terra



No 1º de Maio, Vicentinho radicalizou o verbo, dizendo que a CUT iria convocar uma greve geral, organizada desde as bases. É claro que só tolos poderiam acreditar no velhaco do Vicentinho, que tem um discurso na ponta da língua para cada situação.

O burocrata apenas mostrava seu descontentamento pelo fato do governo não ter chamado a CUT a negociar o mísero reajuste do salário mínimo. E para contrabalançar com a movimentação da Força Sindical, que, unida com a Fiesp pressiona, organiza protestos para exigir a agilização nas reformas neoliberais de FHC.

Porém, há um fator verdadeiramente importante na situação. Está crescendo o descontentamento das massas, que já não suportam o arrocho e a onda de desemprego. Inúmeras greves vêm ocorrendo por todo país. Por outro lado, o massacre de Eldorado de Carajás comoveu a população e expôs a que ponto está chegando os conflitos de classe no país.

É hora de se colocar sim a greve geral por tempo indeterminado. Mas não para choraminguar ao governo abertura de negociações, como quer a burocracia sindical. Trata-se de organizar um movimento nacional contra a fome, a miséria e pela punição dos responsáveis pelas chacinas. Ou seja, uma poderosa resposta proletária ao desemprego, ao mísero reajuste de 12% no salário-mínimo, ao rebaixamento geral dos salários, à destruição de conquistas sociais e à brutal repressão policial aos sem-terra. O que quer dizer se lançar nas ruas para derrubar o Plano antinacional e antipopular de FHC.

# A miséria dos 112 reais

O salário mínimo de 112 reais mantém a miséria de um terço dos assalariados do país, para beneficiar a superexploração capitalista. O reajuste de míseros 12 reais reduz ainda mais o valor real do mínimo, porque não repõe nem mesmo a inflação.

A manutenção do valor miserável do salário mínimo é um instrumento dos capitalistas para manter a superexploração do trabalho. Cerca de 30% da força de trabalho do país recebe até um salário mínimo. E este serve de referência para as aposentadorias e para uma série de outras faixas salariais. Da miséria das massas, os capitalistas extraem lucros extraordinários, que servem ainda para manter o parasitismo financeiro, todo tipo de especulação e o envio de riquezas para o exterior.

No modo de produção capitalista, o salário deveria ser suficiente para o assalariado sustentar minimamente a si e sua

família. Somente assim garante a sobrevivência da força de trabalho que move as máquinas e permite que, através delas, o capitalista explore o trabalho alheio, transformando esse trabalho explorado em capital. Nem isso o capitalismo em crise consegue manter.

Para assegurar a superexploração, necessária para sustentar o parasitismo de meia dúzia de nações sobre a humanidade, os capitalistas mantêm grande parte da população mundial nas condições de miséria absoluta, vegetando com poucas dezenas de dólares mensais. Enquanto isso, bilhões de dólares são entregues aos parasitas nos mercados financeiros.

O governo brasileiro diz que não é possível reajustar o salário mínimo porque quebraria a Previdência, que não seria capaz de pagar as aposentadorias, e os capitalistas não seriam capazes de pagar os salários aos funcionários. Os reformistas se curvam diante disso e propõem o mal-chamado “aumento progressivo” do mínimo, para que a economia capitalista possa suportar. Assim, as críticas que seguiram ao reajuste miserável eram acompanhadas de propostas mantinham a miséria do mínimo, só que com mais demagogia: reposição integral da inflação, que não passaria de 30 reais, ou mesmo dobrar o mínimo

para 200 reais.

Mas o reajuste maior das aposentadorias, que sempre esteve presente nas discussões no interior do governo, mostra que todos os argumentos apresentados para não elevar o salário mínimo não passam de pretexto. A verdade é a proteção do governo aos capitalistas, para que possam sugar ao máximo a força de trabalho.

A miséria salarial atinge grande parcela da população. Se um terço recebe até um mínimo, a maioria dos assalariados recebe até 3 mínimos. Isso mostra que a reivindicação de um salário mínimo real, que seja capaz de sustentar minimamente o trabalhador e sua família, é uma bandeira que pode unir as massas nacionalmente contra o governo e os capitalistas. Justamente por isso as correntes reformistas se recusam a defendê-la, porque essa reivindicação imediata projeta-se para a luta anticapitalista.

Alguns dirão que um salário mínimo de 1200 reais quebraria as empresas. Respondemos que se o capitalismo não é capaz de sustentar seus escravos, então que morra o capitalismo, mas que vivam os trabalhadores.

A CUT e as organizações sindicais, populares e estudantis têm o dever de defender o salário mínimo real, pela sobrevivência dos assalariados.

## Se Depender das Leis, Nenhuma Greve Ocorre

A direção do Sindicato Metroviário tentou negociar com a direção da empresa uma greve legal, ou seja, que atendesse os requisitos da lei de greve. É claro que foi negada qualquer concessão. Ainda no TRT, o presidente do Sindicato tentou achar uma solução, propondo que se liberassem as catracas. Recebeu mais um não.

Tanto o governo quanto o TRT sabem que a lei de greve deve ser utilizada imediatamente, julgando a greve abusiva e impondo a multa de 60 mil Reais por dia.

A burocracia dirigente, constituída na sua maioria pelo PCdoB, se viu entre a espada e a cruz, pois a assembléia contou com a presença de cerca de dois mil trabalhadores, dispostos à greve. Se dependesse da lei e das propostas conciliadoras dos burocratas, a greve não sairia.

O mesmo devemos ter em mente quanto ao prosseguimento da greve. O TRT declarou a greve abusiva e a burocracia se utilizou deste fato para quebrar o movimento.

Como vencer a espada da lei capitalista, antigreve

e antitrabalhador? Radicalizando o método grevista e exigindo a unidade com outros setores contra a opressão de classe e pela luta política contra o cerceamento da liberdade de greve. A assembléia dos metroviários deve exigir da CUT uma unidade sindical contra a lei antigreve e pelas reivindicações dos trabalhadores.

A aplicação dessa violenta medida contra Federação do Petroleiros já deveria ter servido de lição à CUT e a todos sindicatos. Ocorre que a burocracia sindical não se anima a organizar a luta política contra ela, porque também se serve dela para intimidar os trabalhadores e para justificar a paralisia do sindicato.

Agora, os metroviários estão diante da mesma situação. Para vencer esta batalha, terá de enfrentar com radicalidade a decretação de abusividade. Formemos os piquetes de greve! Saiamos às ruas! Levantemos a bandeira de abaixo a maldita lei antigreve do governo FHC!

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº2768 – CEP 59022-970 – NATAL – RN

Nacional



# É Necessário um Tribunal Popular

O inquérito sobre o massacre dos sem-terra de Corumbiara concluiu que os camponeses eram os culpados. Sobre o assassinato de 111 presos do Carandiru, se determinou que os policiais não fizeram senão cumprir seu dever. O julgamento dos matadores de menores de rua atenua a pena de alguns e livra outros. E o inquérito da chacina de Eldorado de Carajás segue o mesmo caminho da impunidade.

Não se trata de se surpreender e nem de externar indignação hipócrita, como fazem os politiquieiros reformistas. Tais chacinas são crimes de classe. Ou seja, da burguesia contra os oprimidos; do Estado burguês contra os explorados.

A mortandade se tornou corriqueira. Resulta da desagregação do sistema econômico capitalista, que aumenta sem cessar o exército de desempregados, que engrossa o caudal dos milhões de famintos, que desagrega a família operária, que torna a criança pobre em prematuro escravo, que expulsa o camponês pobre das terras e que destrói a saúde, educação públicos. Resulta da concentração de riquezas e propriedades nas mãos de uma ultra-minoria e do domínio imperialista das potências externas que sugam o país semicolonial. Resulta da política econômica neoliberal do governo antinacional e antipopular, que congela os salários, enquanto os preços estão livres, que abre o mercado para as multinacionais, quebrando parte da indústria interna, que paga bilhões de juros para a dívida interna e externa, que destrói conquistas elementares como as da Previdência, que amordaça os sindicatos com repressão e leis violentas, como as referentes à abusividade da greve etc, etc.

Estão aí as razões por que a burguesia não tem outra saída senão praticar genocídios, nos bairros operários, nas favelas, nas prisões, no campo etc. A polícia, o exército, os grupos paramilitares, os jagunços e os grupos de exterminadores são os tentáculos armados do Estado e dos poderosos. A impunidade da classe burguesa está no fato de ser a classe dominante, que utiliza da violência reacionária para manter seus interesses econômicos contra a maioria oprimida. Através do terror do Estado e de grupos particulares (fazendeiros, comerciantes) combatem o descontentamento dos explorados e suas tendências à revolta.

Eis por que sua Justiça não pode punir os responsáveis. Fazê-lo seria desarmar a burguesia frente à luta da maioria oprimida, constituída do proletariado, camponeses arruinados e classe média esmagada. A resposta do proletariado está em organizar um Tribunal Popular saído das bases e completamente independente do Estado, partidos burgueses e de seus lacaios.

## Três posições frente às chacinas

Como não poderia deixar de ser, os latifundiários e seus congêneres capitalistas se pronunciaram pela necessidade de repressão contra as ocupações de terra. A TFP lançou um manifesto em apoio ao massacre. Os reformistas do PT, estalinistas, organismos de direitos humanos, Igreja e alguns parlamentares “democratas” exigiram que o governo federal tomasse em suas mãos as investigações e punições. Ou seja, que o Estado se responsabilizasse.

José Dirceu, presidente do PT, chegou a reivindicar intervenção federal no estado do Pará. Representantes dos Direitos Humanos consideraram a hipótese de levar a denúncia à ONU, uma instituição do imperialismo. A líder do MST no Pontal, Diolinda, foi induzida a entregar uma carta e a se entrevistar com a madame Miterrand, mulher do ex-presidente da França Francois Miterrand, também representante do imperialismo, para lhe pedir que interceda internacionalmente pela punição. Como se vê, essa segunda posição, que tem a CUT sob sua direção, centenas de sindicatos e o próprio MST, se socorre dos organismos e representantes da classe capitalista nacional e internacional, para não precisar recorrer aos próprios explorados.

A terceira posição é a que denuncia o governo federal, a burguesia, seus partidos e o aparato repressivo como responsáveis diretos do massacre. Explica a violência reacionária como crime de classe contra os camponeses. Rechaça a farsa das investigações, pois os fatos estão mais do que evidentes, a ponto da burguesia e o governo do Pará não poder escondê-los. O requinte de crueldade como foram assassinados os sem-terra e as mortes seletivas das lideranças se deram à luz do dia.

A resposta aos crimes de classe só pode ser também de classe. Cabe ao proletariado,

camponeses e demais oprimidos julgarem e punirem os responsáveis. Isso quer dizer constituir um tribunal revolucionário, um Tribunal Popular, oposto ao Tribunal Burguês, ao Estado e sua força repressiva.

Se não for por essa via, não haverá resposta às chacinas. Outras virão, e os reformistas que dominam as organizações operárias e camponesas chorarão frente às câmaras e farão missas para as almas dos pobres coitados. Uma parte da burguesia acompanhará a reza.

Podemos dizer que existe uma quarta posição, que é a dos centristas de esquerda. Estes se opõem à defesa do Tribunal Popular, dizendo que só a ação direta poderá punir os assassinos. Assim, tornam a ação direta uma abstração, pois a luta pelo Tribunal Revolucionário é a da ação direta. Nesse rol estão PSTU, Causa Operária (PCO), Liga etc.

Esta situação mostra bem a crise de direção e a necessidade de constituição do Partido Operário Revolucionário, que pelo programa, linha política e método de ação permite ao proletariado dar a resposta de classe ao crime de classe dos capitalistas. A vanguarda consciente e consequente deve cerrar fileiras em torno da campanha pelo Tribunal Popular.

Nacional



# Fortalecer o Comitê Contra a Repressão Social e Política

Diante do massacre dos camponeses de Eldorado de Carajás, foi formado o Comitê Contra a Repressão Social e Política, que tem se reunido no SINTUSP. A sua primeira atividade foi de intervenção no 1º de Maio, defendendo a punição dos assassinos através das organizações operárias e liberdade aos militantes argentinos (Horácio Panário e Alcides Christiansen), bem como fim das perseguições aos demais dirigentes da coordenação dos desempregados de Neuquém.

Nesse sentido, o Comitê publicou um Manifesto já redigido pelo Sintusp e compareceu com uma faixa, proposta pelo PTS.

O POR defendeu que o Comitê fizesse uma campanha por um Tribunal Popular, constituído por delegados de base da classe operária, camponeses e demais oprimidos, eleitos diretamente pelos trabalhadores através de suas organizações sindicais e populares. Analisou que existem três linhas diante da chacina: 1) a dos latifundiários, que querem mais repressão; 2) a dos reformistas (PT) e estalinistas, que exigem que o próprio Estado capitalista puna os responsáveis pela mortandade; 3) e a dos revolucionários que dizem que o Estado, a burguesia, a Justiça e o aparato repressivo não podem punir os assassinos, porque estão a mando deles, portanto somente os próprios trabalhadores podem responder aos crimes de classe. Nesse sentido, o POR defende o Tribunal Popular.

O representante do PSTU disse que seu partido não estava em acordo com essa bandeira. O PTS se colocou a seu favor. Finalmente, o Comitê aprovou as bandeiras: "Basta de Impunidade! Nenhuma confiança na Justiça burguesa! Apuração e Punição dos Assassinos dos Sem-terra, pelos Próprios Trabalhadores e suas Organizações de Classe!"

Depois do 1º de Maio, houve uma nova reunião que aprovou o seguinte: 1) Novo manifesto denunciando os resultados do processo aos militares que massacraram os presos do Carandiru, que realizaram a chacina de Corumbiara e da fraude que está sendo montada em torno dos acontecimentos sangrentos de Eldorado de Carajás. 2) Realizar uma plenária no dia 25 de maio no Sintusp, às 10 horas da manhã, convocando sindicatos e correntes políticas do movimento operário. 3) Estender o comitê para outros locais.

O POR ficou encarregado de escrever o Manifesto. Houve sua apresentação e os presentes disseram concordar com o conteúdo, mas que deveria mudar a forma.

Publicamos abaixo o Manifesto apresentado pelo POR.

## **Somente os trabalhadores e suas organizações de classe poderão punir os assassinos dos sem-terra.**

O Comitê Contra a Repressão Política e Social faz um chamado a todas as correntes

do movimento operário e camponês a realizar uma campanha de massa pela punição dos responsáveis pelo assassinato dos camponeses e outros crimes de classe contra os oprimidos. Trata-se de uma campanha que se apóie na convocação das organizações operárias e camponesas a assumirem a condenação dos genocidas. O que quer dizer rejeitar e denunciar toda demagogia e hipocrisia que conclama o próprio governo, a justiça patronal e outras instituições do Estado a solucionar o problema.

Rechaçamos a idéia de que o Estado burguês possa apurar e punir seus próprios crimes. As chacinas de Corumbiara, Eldorado de Carajás, Candelária, Carandiru etc são crimes de classe contra os explorados. Estas violências reacionárias são consequências do sistema de exploração do trabalho, da concentração de riquezas nas mãos da minoria, da luta de classes e da ditadura de classe da burguesia contra os movimentos sociais.

## **O massacre de camponeses objetiva destruir o movimento dos sem-terra e proteger os latifundiários.**

A posição de convocar o governo federal a intervir no estado do Pará e tomar para si as investigações, bem como exortar no mesmo sentido organismos do imperialismo, só serve para desviar os trabalhadores do verdadeiro caminho da luta, que é o de tomar para si a tarefa de combater diretamente os crimes da burguesia. Nosso dever é de desmascarar frente os oprimidos os crimes de classe e a função reacionária do Estado, dos governos capitalistas e de seus braços armados.

A chacina é apenas o prolongamento da política burguesa e da opressão da minoria possuidora contra a maioria oprimida através das armas. Qualquer máscara que se coloque sobre a face de ferro da burguesia e de suas instituições é um favor que se faz à opressão e aos genocidas. É um obstáculo que se interpõe contra o avanço da consciência de classe e contra o curso da radicalização da luta de classe no campo e na cidade.

Quem não vê que todos os preparativos para acobertar os assassinos já foram feitos? Quem não sabe que a justiça burguesa deu seu veredito no caso de Corumbiara culpando os sem-terra? E a absolvição dos assassinos dos 111 presos do Carandiru? Estão aí as provas de que a burguesia não pode punir seus próprios crimes, porque é com as armas e massacres que sustenta seu regime econômico apodrecido.

A tendência da situação nacional e mundial é de agravamento das contradições econômicas e dos choques sociais. A burguesia não poderá descarregar o peso da sua desintegração sobre os trabalhadores senão esmagando toda tentativa de resistência dos explorados.

A violência como os governos latino-americanos estão enfrentando as mobilizações de massa na Bolívia, Paraguai, Argentina, México, Brasil etc, perseguindo as lideranças, prendendo, intervindo militarmente e sufocando os sindicatos, é a demonstração dessa tendência. As chacinas de camponeses no Brasil é apenas um elo da luta de classes mais geral. É a partir desses acontecimentos que o Comitê contra a Repressão e a Opressão Social vem chamar todas as correntes não comprometidas com o Estado e com os opressores do povo a se colocarem pela punição dos genocidas e por combater a ofensiva de fome e miséria dos capitalistas.

Nacional



# Carandiru e Candelária: dois exemplos de crimes da burguesia sem punição. Só as massas podem julgar e punir!

Os processos de julgamento pela justiça burguesa dos massacres do Carandiru e Candelária provam que, por mais pressão que se faça, a burguesia nunca vai julgar a si mesma.

No caso do Carandiru, após o depoimento do ex-governador Fleury de que se estivesse no comando da operação faria o massacre novamente, a justiça declarou inocentes os policiais, o secretário de segurança e o Estado e condenou os próprios presos que morreram como culpados pelos assassinatos. Depois, uma juíza concedeu uma indenização miserável de cem salários mínimos para calar a mãe de um dos presos mortos.

No caso da Candelária, dois envolvidos resolveram se entregar e confessar a participação na chacina. Mas fizeram questão de incriminar o PM que já morreu como o principal assassino, e de limpar a barra de outros quatro, entre eles um tenente, afirmando sua inocência, apesar da identificação deles pelo sobrevivente da chacina. A farsa foi montada: diante de todos, inclusive da imprensa internacional e de diversas organizações de direitos humanos, os depoimentos fraudulentos foram tomados. Apenas um soldado foi condenado a mais de 300 anos de prisão, que na prática o beneficiou, porque

qualquer pena acima de 30 anos pode ter recurso e novo julgamento. Os assassinos que se entregaram podem ter benefícios em suas penas. Os PMs inocentados nem mesmo irão a julgamento. Quem já cumpriu 3 anos de prisão pode sair livre em pouquíssimo tempo, beneficiando-se de ser primário e de “colaborar” livrando a cara de outros acusados.

Muita demagogia se faz ao redor das mortes de meninos de rua, de lutadores dos movimentos ou dos presos. Carandiru e Candelária, assim como Vila Socialista, Vigário Geral, Corumbiara e Carajás são todos crimes de classe da burguesia. A justiça burguesa faz parte do Estado, instrumento repressivo da burguesia para assegurar a exploração de classe. Jamais a justiça dos exploradores irá julgar e punir a si própria. As correntes que se limitam a pedir que a justiça burguesa julgue e puna os culpados acabam colaborando com a farsa. O máximo que a justiça fará é prender um ou outro pau-mandado, para depois arranjar um jeito de soltá-lo, legalmente ou com as “fugas”, semelhantes às dos assassinos de Chico Mendes.

Somente as massas mobilizadas podem julgar e punir a burguesia por seus crimes. A construção dos

Tribunais Populares, a partir da eleição de delegados nas assembleias, e que imponha suas resoluções à burguesia através da luta nacional de massa, é o caminho para punir de verdade. Trata-se de uma bandeira democrática, que mostra às massas a necessidade de tomar em suas mãos a tarefa de julgar e punir a burguesia, que não pode ser juiz e acusado ao mesmo tempo. Sua efetivação ajudará as massas exploradas a perceberem, por sua própria experiência, a necessidade de destruir o Estado burguês opressor pela revolução proletária.

Nacional



## Olha Só Quem Fala de Violência e Democracia!

O governo FHC, seus ministros Pedro Malan e Bresser Pereira consideraram violentas e antidemocráticas as ocupações pelos funcionários federais grevistas do Ministério da Fazenda, em Brasília e em Minas Gerais. O mesmo se disse contra as ocupações das subestações elétricas pelos grevistas eletricitários.

Ocorre que o governo não atende o *Comando de Greve* e espera vencer o movimento pelo cansaço. A derrota da greve é fundamental para o governo manter o arrocho salarial e avançar na reforma administrativa, que demitirá milhares de funcionários. A política econômica pró-imperialista traçada desde Collor e seguida por FHC simplesmente esmaga a vida da maioria dos brasileiros. E quem se beneficia são os credores nacionais e internacionais, que abocanham a maior fatia do Orçamento público.

Não há maior violência do que arrancar o emprego dos trabalhadores e deixar-lhes sem sua fonte de existência. O capitalismo arcaico só subsiste

descarregando suas crises sobre a maioria oprimida. Não é por acaso que, sob a máscara da democracia, o governo mutila os sindicatos com suas leis anti-greves, com processos contra as lideranças e com as chacinas como as dos camponeses. Até hoje, as pesadas multas contra o sindicato dos petroleiros tem sido utilizadas para quebrar o sindicalismo combativo. No capitalismo, o que existe é a ditadura de classe da burguesia contra as massas, o resto é enfeite.

A ocupação dos ministérios, bem como as ocupações das subestações de energia pelos eletricitários, respondem à mais genuína democracia operária, oposta à ditadura de classe da burguesia; correspondem à violência revolucionária dos oprimidos contra a violência reacionária da minoria opressora.

Viva o método da greve com ocupação! Viva a democracia operária contra a ditadura de classe dos capitalistas! Viva a violência libertadora das massas contra a violência escravizadora da burguesia e seu governo!

# Araguaia e guerrilha urbana

Já há algum tempo tem vindo à tona os acontecimentos dos anos 70, que envolveram a luta armada de correntes como ALN, MR-8, VAR-PALMARES etc e a violenta repressão da ditadura

militar. Centenas de militantes, inclusive de correntes não foquistas, foram presos, torturados e executados. O governo militar e os órgãos de repressão sumiram com os corpos, num requinte de barbárie típica do gorilismo latino-americano, a s s e s o r a d o evidentemente pelas Agências de Segurança Internacional do imperialismo, a exemplo da CIA norte-americana.

Lembramos aqui os crimes de Pinochet, no Chile, e de Videla, na Argentina. A ordem dos ditadores fascistas, envolvendo a alta cúpula militar, as Cortes de Justiça, governos estaduais e partidos políticos, era de executar os opositores.

Ocorre que, com a c h a m a d a democratização, os assassinatos de militantes, ativistas, sindicalistas e cléricos de esquerda vieram à luz do dia. Sem exceção, por toda parte, as ditaduras militares cederam lugar aos governos civis com a condição de não se tocar nos seus crimes hediondos. Em realidade, essa condição não partia somente dos generais genocidas, mas do imperialismo e da burguesia nacional, que inclui os partidos c h a m a d o s democráticos. A razão

está em que o trucidamento da esquerda pelo exército expressava os interesses gerais da burguesia imperialista e nacional.

De qualquer forma, o regime ditatorial-fascista e o democrático são ambos criaturas da classe capitalista, que exerce sua ditadura de classe sobre o proletariado e a maioria explorada. Tanto num quanto noutro, o exército é o mesmo e cumpre o mesmo papel de instrumento de violência reacionária contra o povo. Eis por que a democracia burguesa tinha de manter na penumbra os crimes dos militares e evitar qualquer punição. A anistia decretada pelos partidos burgueses aos gorilas, toturadores e assassinos, é parte do jogo democrático de preservar as instituições mantenedoras da ditadura de classe da burguesia sobre as massas.

O Congresso (Parlamento), ao livrar os militares de qualquer inconveniente, não fez senão manter os meios de terror de estado, com o qual a burguesia se defende das massas famintas e revoltadas. É o que comprovam as inúmeras chacinas de camponeses e, particularmente, esta última de Eldorado do Carajás.

Sob a ditadura, os órgãos de repressão agem com total liberdade, estando suspensas todas as formalidades jurídicas. Na democracia, como a de hoje, as formalidades jurídicas servem para proteger as forças policiais para que possam matar 19 camponeses, como numa guerra, ou executar 111 presos rendidos e indefesos no Carandiru. É importante fazer este paralelo, para vermos o quanto de demagogia está sendo feito em torno dos desaparecidos dos anos 70 e das execuções de lutadores do tipo Marighella e Lamarca, ambos fulminados depois de presos.

O governo democrático do PSDB, PFL, PMDB e PPB resolveu mostrar onde estão os restos mortais dos militantes da guerrilha do Araguaia (PCdoB), depois de já se ter revelado as ossadas de Perus e de se ter aprovado uma indenização aos familiares dos mortos. Fernando Henrique Cardoso não poderia deixar de praticar seu ato de caridade dando um cheque de 100 Reais à pobre mãe de José Humberto Bronca, um dos desaparecidos e anunciar sua adesão aos direitos

humanos. Como se vê, a hipocrisia e o cinismo não tem limites.

Ao mesmo tempo, sustenta a impunidade dos militares e de políticos da burguesia envolvidos diretamente com a repressão. E é responsável por duas chacinas de camponeses, que resultaram em 28 mortos. O próprio governo de FHC é composto por representantes diretos e indiretos da ditadura sanguinária, originada no golpe de 1964.

Por que devemos colocar o problema dos mortos e desaparecidos dos anos 70 nestes termos? Justamente porque o movimento contra os crimes da ditadura está obscurecendo o essencial. Ou seja, de que se trata do terror do Estado burguês e de crimes da burguesia contra os oprimidos, que continuam a ser praticados sob o governo democrático e que continuarão a acontecer em escala crescente, caso o proletariado não derrote revolucionariamente a classe capitalista.

É uma mancha para a memória dos lutadores que tombaram sob a bandeira de um ideal, utilizando-se ou não de métodos incorretos de luta, estando ou não sob um programa revolucionário, reduzir o movimento a uma indenização ou a uma formalidade de direito de se saber como morreu e onde está a ossada. A verdade histórica dos assassinatos será posta pelo proletariado em luta contra a burguesia genocida e não pelo Estado burguês.

Se se quer uma atitude séria contra os crimes da burguesia, se deve começar pelas chacinas presentes, defendendo a constituição de um Tribunal Popular. A partir daí chegaremos ao centro de comando da repressão sanguinária dos anos 70, que continua intacto. Trabalhem por um Tribunal Popular contra os crimes de classe da burguesia contra os trabalhadores e militantes. Lutemos por destruir o capitalismo! Lutemos pela revolução e ditadura proletárias! Somente a emancipação dos trabalhadores através do socialismo porá fim à barbárie capitalista. Viva os lutadores que tombaram em luta contra a ditadura fascista! Viva os camponeses que tombaram sob o governo democrático de FHC!

Nacional





# Votar na Chapa 3 para derrotar os burocratas da diretoria e os “oposicionistas” de última hora

O Movimento de Oposição (Chapa 3) aprovou um programa de luta e de classe. Um programa de combate aos governos assassinos de trabalhadores e sem-terra e aos planos neoliberais (Reformas Constitucionais), que têm trazido mais miséria e fome para a maioria da população. Um programa que aponta a via da mobilização direta dos explorados, como a única forma de barrar a ofensiva dos governos entreguistas e patronais. Um programa que levanta a bandeira de Tribunais de trabalhadores da cidade e do campo para punir os assassinos. Trata-se de um organismo próprio dos trabalhadores, capaz de investigar e punir os crimes da burguesia e de seu governo. Denuncia, com isso a farsa das CPIs. Um programa contrário à destruição da escola pública e em defesa da escola laica, autônoma, científica, onde haja a unidade entre a teoria e a prática. Nesse sentido, a luta pelo fim da Reforma educacional de Covas e FHC, que visa a privatização do ensino e a demissão de professores e funcionários. Um programa de reivindicações elementares, como o salário mínimo vital, reposição integral das perdas, reajustes automáticos de acordo com a inflação, redução da jornada de trabalho etc. Um programa que aponta para a unidade, através da ação direta, com todos os setores dos oprimidos. Um programa de defesa de uma Apeoesp democrática, a exemplo da soberania das assembleias, direito de manifestação e expressão, revogabilidade de mandato pela assembleia etc.

Por outro lado, a Chapa 1, da diretoria,

continua com o programa de colaboração com o governo e de anulação da Apeoesp como organismo de luta. Não se colocou de fato contra a Reforma educacional, critica demagogicamente o governo porque este “não honra os compromissos”; abandona as reivindicações da classe e exige um “ piso emergencial de 5 salários mínimos; se opõe aos métodos que são próprios dos trabalhadores, a exemplo da greve e inventa uma fórmula de “novos instrumentos de luta”, como se greve fosse algo ultrapassado; ressuscita a velha campanha de “Educação nos Centros das Atenções, com o slogan de Movimento em Defesa da Educação e dos Direitos dos Professores”, uma frente com setores da burguesia, sustentáculos da política privatista no ensino. E, por fim, adota a prática dos pelegos de fazer do sindicato um aparato unicamente assistencialista (casa do professor, advogados em todas as sedes, plano de saúde só para a Apeoesp etc).

A Chapa 2, formada por parte da atual diretoria (PCdoB), grupos petistas e o PSTU, aprovou um programa semelhante ao da chapa 1. Um programa que fala de “uma oposição a FHC/Covas e cadeia para os banqueiros”. Nenhuma palavra sobre concepção de escola. Somente denuncia o sucateamento da escola pública e a reforma de ensino. Dá orientação à CNTE para “rediscutir o Conselho Nacional da Educação”, um organismo de interferência do Estado no ensino. Em relação às questões salariais, não pôde criticar a diretoria pelas derrotas que têm imposto ao magistério,

limitou-se a dizer que “a diretoria pouco tem feito para reverter esse quadro dramático, o que pode desmobilizar por completo a campanha salarial”. Isso quando a diretoria já aceitou os 0,20 centavos de Covas. Como se vê, trata-se de um programa oposto às necessidades do professorado. Um programa de compromisso com a chapa da diretoria e de manutenção da ofensiva do governo de destruição da escola pública.

Nesse sentido, nós da chapa 3 conclamamos os professores a rejeitar os programas de colaboração com o governo (chapa 1 e 2) e apoiar o programa de luta, expresso na chapa 3. Derrotemos a velha política da diretoria, a chapa 1, que só trouxe derrotas, e os oposicionistas de fachada, chapa 2. Construamos uma nova Apeoesp, como um verdadeiro instrumento de luta dos educadores contra os governos destruidores do ensino público e gratuito.

OPEOESP  
Educação



## Em Defesa do Programa da Chapa 3

No dia 26 de abril foi realizada a Convenção do Movimento de Oposição à diretoria da APEOESP, com a participação de correntes como a Liga, Causa Operária (CO), Partido Operário Revolucionário (POR), Coletivo dos Trabalhadores e grupos independentes. O PSTU já havia rompido com a Oposição, aliado com uma parte da diretoria (PCdoB) e com as correntes petistas (O Trabalho, Força Socialista, Nova Opção etc).

O Coletivo dos Trabalhadores tinha se recusado travar uma luta política na Convenção Unificada da Oposição, ocorrida no dia 13, pois vetava a presença do PSTU e as correntes petistas. Porém, concordou em participar da convenção do dia 26, onde se discutiria o programa e formaria a chapa, com a condição de colocar em primeiro plano a denúncia que fazia de CO.

Logo no início, o Coletivo e grupos independentes se posicionaram contrários ao credenciamento dos professores. Chegaram a afirmar que se tratava de um método utilizado pelos burocratas da APEOESP. Fato esse resolvido com a liberação dos crachás. Em seguida, o Coletivo apresentou a denúncia de roubo de

dinheiro e materiais do movimento em Diadema por parte de Causa Operária. Como toda denúncia, era preciso investigar, pois havia duas versões. O plenário decidiu pela proposta de formação de uma comissão de professores, eleita, e sem nenhum envolvimento com as partes, para apurar a denúncia. Houve concordância do Coletivo.

Na discussão sobre o programa, houve a apresentação das diferentes contribuições e debate sobre os pontos polêmicos. Entre eles: 1) O governo operário camponês e o governo dos trabalhadores; 2) Concepção de escola vinculada à produção social ( unidade entre a teoria e a prática) e a escola transformadora da consciência; 3) Salário mínimo vital e a defesa do piso do Dieese; 4) A CUT como organismo de luta e rompimento com a CUT. O plenário aprovou a consigna de governo operário e camponês, da unidade entre a teoria e a prática, do salário mínimo vital e a defesa da CUT contra a política burocrática de sua direção. O Coletivo defendeu a criação de uma instância superior para se contrapor à defesa da CUT, numa clara negação à luta pela

derrubada da burocracia dirigente.

Após a votação do programa, o Coletivo questionou o método que ele mesmo havia proposto de liberar os crachás. Exigiu que a votação se desse mediante a apresentação de holerits. Portanto, para o programa valia o voto de todos os presentes, para a chapa valia o voto de quem portasse o holerit. Foi essa a posição irresponsável do Coletivo. Como o plenário não acatou, o Coletivo rompeu com a Convenção, evidenciando que não compareceu com a intenção de ir até o fim na disputa política. Cavou um

pretexto para sair antes da formação da chapa. Não rompeu por causa do programa. Mais uma vez o *Coletivo dos Trabalhadores* mostra desprezo pela idéias políticas e se prende a questões aparelhistas.

A posição de permanência do *POR* se deu em função do programa. Ao ser aprovado pontos importantes do programa, o *POR* passou a compor a chapa 3. Em nenhum momento foi feito qualquer acordo que inviabilizasse o debate das divergências. Todo conchavo de cúpula para a composição de chapa foi duramente criticado. Não apoiamos nem *CO* e nem a Liga para a cabeça de chapa, pois consideramos que a posição de *CO* era de adaptação formal ao programa do *POR* e a Liga estava em oposição ao programa revolucionário.

## PSTU afrouxa o programa para se juntar aos estalinistas e petistas

A Chapa 2 é composta pelo *PSTU*, *PCdoB*, *O Trabalho* e outros grupos petistas. O *PCdoB*, que faz parte da atual diretoria, nas vésperas eleitorais se colocou como oposicionista. Os outros grupos petistas, embora não fazendo parte da diretoria, na sua grande maioria, estão juntos com a *Articulação*, tanto na *CNTE* quanto na *CUT*. Para o *PSTU*, tratava-se de formar uma grande frente eleitoreira com todas correntes que se colocavam como oposição. Para isso, tentou na *Convenção* do dia 13/abril arrastar o *Movimento de Oposição* para uma chapa unitária, sob a base de um programa reformista. Acabou dividindo o *Movimento* e se somando à ala dos estalinistas e petistas.

A capitulação do *PSTU* foi tamanha que cedeu às pressões e acabou saindo em defesa de um programa nitidamente reformista. A bandeira do

*PSTU* de governo dos trabalhadores foi reduzida à consigna de “*Por um governo comprometido com os trabalhadores e os setores excluídos da sociedade*”. A bandeira morenista de Fora FHC se transformou em “*Oposição de luta a FHC e Covas*”. A antiga defesa de estatização de todo o sistema de ensino se resumiu em “*verbas públicas só para as escolas públicas*”. Mesmo cedendo, o *PSTU* teve de engolir a Nova Opção como cabeça de chapa e entregar 4 cargos da executiva para os estalinistas, que fazem parte da atual diretoria da *APEOESP*.

O *PSTU* além de aceitar o programa dos petistas criticou a chapa 3 por não participar da tramóia montada pelos oportunistas de última hora. A militância consciente deve rejeitar o programa capitulador da chapa 2 e toda sorte de ataque aos pontos programáticos de luta do *Movimento de*

## Os Primeiros Trotskistas no Brasil - XI



No *Massas* nº 110 vimos a formação do **Partido Socialista Revolucionário** de Sacchetta a partir da luta deste e de Rocha Barros contra a camarilha de Bangu no interior do PCB e de como Febus Gikovate, então líder do **Partido Operário Leninista** (já que Mario Pedrosa tinha se deslocado para a Europa a fim de trabalhar na direção da **IV Internacional**), entra em contato com este a fim de unir as forças e formar um novo partido em agosto de 1939.

### A Formação das Novas Correntes Reformistas.

Desde a instauração do Estado Novo, as condições de repressão do Estado brasileiro foram muito duras. Este processo só foi afrouxado após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as condições políticas e sociais do país, tornaram a repressão menos operante. Assim, de um lado, se abriu um

espaço para que os estalinistas se reorganizassem razoavelmente, tendo como base sua política que enfatizava a aliança com setores liberais para resistir a uma possível volta do fascismo. Por outro, fez-se um rearranjo na estrutura dos antigos partidos burgueses, surgindo novas organizações reformistas de “*esquerda*”.

Entre elas, destacamos as principais que mais tarde comporão o Partido Socialista Brasileiro:

1)- a **União Democrática Socialista** (UDS), de São Paulo, composta de intelectuais e de um pequeno número de operários (metalúrgicos da região da Boa Vista paulistana). Seu núcleo fundador se reunia clandestinamente desde 1943, para estudos. Posteriormente, passaram a distribuir panfletos com posições radicais, atuando no movimento estudantil contra o Estado Novo. Após as medidas pró-democráticas de Vargas, o grupo se dividiu. Sua fração oligárquica fundiu-se com a União Democrática Nacional (UDN), sua ala esquerda legaliza à UDS. Segundo um de seus organizadores, Antonio Cândido de Mello e Souza, “*era uma tentativa de formação de um grupo de esquerda; marxista, mas não ortodoxo; que tenta preservar os ideais de socialismo e democracia, ajustados à realidade brasileira*”, almejando a formação de um abstrato “*socialismo com democracia*”, independente das vertentes do bolchevismo, a degenerada

(estalinista) e a trotskista, e da reformista, Partido Socialista Francês e da Social-Democracia Alemã. Sua pouca inserção no movimento levou o grupo a optar pela frente comum com outras organizações de esquerda.

2)- a **Esquerda Democrática** (ED), cisão à esquerda da UDN. Enquanto estava no seu interior pedia um programa mais avançado. A esta uniram-se antigos membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que romperam com os comunistas durante o Estado Novo; ex-membros do PCB; socialistas católicos; socialistas independentes. Sua aparição pública aconteceu em agosto de 1945 com a divulgação de seu manifesto onde propunha: “*regime representativo de origem popular; liberdade de pensamento, crenças e cultos; autonomia sindical e direito à greve; ensino gratuito etc*”. Este manifesto era assinado por João Mangabeira, Domingo Velasco, Edgardo Castro Rabelo, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Holanda entre outros.

3)- o **Partido Socialista Brasileiro** (PSB), reaparece com a mesma direção de 1935 (Francisco Giraldez, Gastão Massari, Luís Neves etc.) e o mesmo programa do período de 1932/37, de origem tenentista. Em seu manifesto afirmava: “*inspirada na concepção científica da história, que, constatando a luta de classe, busca extingui-la, com a implantação de um regime socialista, aceitando o regime liberal democrático como campo de luta política e declarando*

que uma vez atingido o pleno poder pela vontade da maioria, promoverá um novo reordenamento jurídico da propriedade e um novo estatuto econômico da produção”.

4)- a **União Socialista Popular** (USP). A partir do segundo semestre de 1944, Mario Pedrosa, já fora da IV Internacional inicia conversações com a Esquerda Democrática (que se encontrava no interior da UDN), em Nova York, para organizar um movimento contra Getúlio. De volta ao Brasil, em março de 45, organiza a USP

inicialmente com Hilcar Leite e o seu cunhado Nelson Veloso Borges (médico, proprietário de usinas de açúcar e fábricas de tecido). Depois vieram Rodolfo Coutinho e vários outros militantes da antiga LCI, até Aristides Lobo aderiu, com algumas restrições. O grupo passa a editar o jornal *Vanguarda Socialista*, e começa a fazer uma revisão do trotskismo, teorizando sobre a transformação da URSS em potência imperialista, e sobre o capitalismo de Estado.

Por esse quadro, vemos que a crise aberta no PCB com sua capitulação total à burguesia, seguindo esta ou aquela fração de acordo com as pressões do momento, abre caminho a inúmeras variantes reformistas pequeno-burguesas, entre elas a dirigida pelo ex-trotskista Mário Pedrosa, já indicado por Trotsky ao negar o leninismo em matéria organizativa.



## Por maior que seja a divergência, jamais pisotear os princípios marxistas

### As Correntes Sem-princípios Não Podem Defendê-los

O ex-militante do *Partido Operário Revolucionário (POR)*, Manoel Boni, solicita às correntes que publiquem seu documento contra nós, reivindicando direito democrático de resposta. A *TBI*, uma cisão de *Causa Operária*, tem distribuído o referido texto. E um militante do *Coletivo dos Trabalhadores de Diadema* nos informou que a *Frente Revolucionária* irá publicá-lo.

Nem Manoel Boni, nem os divulgadores do documento se perguntam se é um direito democrático avisar o dono de um terreno que haveria uma ocupação de sem-teto. Não se perguntam se é um direito democrático o dono do terreno chamar a polícia e esta bloquear a ocupação. Manoel Boni rompeu com o *POR* porque rompeu com um dos princípios fundamentais do marxismo, que é o de jamais e em hipótese alguma se apoiar na polícia, que é o braço armado do Estado burguês, o mesmo que massacrou a *Vila Socialista*, que reprimiu Manoel Boni, e que acaba de massacrar mais uma vez os sem-terra. Não respeitamos o “direito democrático” de Boni defender a delação proprietária-policial. Este é um direito burguês, não proletário.

Manoel Boni orientou a *Comissão do Movimento* a delatar ao dono do terreno comprado por uma parcela dos sem-teto que uma outra parcela iria ocupá-lo. Isto não é o mesmo que delatar à polícia? Manoel Boni afirma que foi certo delatar a ocupação para o dono, dizendo que não tem nenhuma autocracia a fazer. O que equivale concordar com a intervenção policial.

Perguntamos à *LBI* e a quem mais se dispor a divulgar seu documento: Manoel Boni delatou ou não uma ocupação de terra, independente de ser dirigida ou não pela prefeitura petista? Manoel Boni foi conivente ou não com a repressão policial aos ocupantes? Manoel Boni ao dizer no seu documento que foi certa sua atitude se afunda mais ainda em posições antimarxistas ou não? E aqueles que divulgam seu documento sem nenhuma crítica e sem dar razão ao *POR* em não aceitar a posição de Boni são também coniventes ou não? Estão se aproveitando para travar a luta suja contra o *POR* ou não?

Manoel Boni induz a Comissão a se utilizar do proprietário e da polícia para defender a terra comprada pelo Movimento e a *LBI* se utiliza de Boni para lutar contra o *POR*. Tudo isso é ou não é uma imundice?

Boni pergunta no seu documento se é um crime político o movimento dos sem-teto comprar terra. Boni também deveria perguntar se é crime político chamar o proprietário e a polícia a reprimirem a tentativa de ocupação da terra comprada pelos sem-terra, que estão sob sua direção política. Respondam-nos Boni e *LBI*: foi ou não um crime

político contra os sem-teto delatar a ocupação ao proprietário da terra?

Uma coisa está vinculada à outra. Boni não consegue ver que seu caudilhismo populista, combatido duramente na *II Conferência* do *POR*, o levou a se adaptar a métodos reformistas, como o da compra da terra, como o de separar os que podem comprar e os que não podem, como o de realizar assembleias separadas entre os que querem ocupar (porque não podem comprar) e os que não querem (porque podem comprar). Não consegue ver que sua delação se deve a essa posição alheia ao método da ação direta, que por sua vez resulta da não assimilação do marxismo e da construção do programa da revolução proletária.

Todas as difamações e mentiras de Boni de que o *POR* está burocratizado, que é uma organização pequeno-burguesa etc são desmascaradas pelo seu próprio documento quando defende o método da compra e a delação proprietária-policial. Um militante pode ter as mais sérias divergências e deve lutar por suas convicções, mas não pode pisotear os princípios e o programa do partido revolucionário.

Nós denunciemos a *LBI* de conivente por divulgar a defesa que Boni faz da delação, embora esteja nos fazendo um favor. Quem ler o documento de Boni poderá atestar que o *POR* não permitiu que manchasse a bandeira revolucionária. A campanha de Boni contra o *POR* é a defesa do método reformista-populista de compra de terra e da delação que fez contra centenas de sem-teto, que iriam ocupar a terra.

Todo militante honesto do movimento operário perceberá no *POR* uma organização principista, capaz de romper uma liderança reconhecida nacionalmente como Manoel Boni em defesa dos princípios do proletariado. O mesmo não se pode dizer das correntes que fecham os olhos às atitudes antimarxista.

# Bolívia: considerações sobre o último conflito grevista

1ª parte

## Características do conflito salarial-político

Internacional

Reuniões ampliadas da Central Operária Boliviana concluíram aprovando a greve geral por tempo indeterminado. Diz-se que a medida estava encaminhada a conseguir que o governo concedesse as reivindicações incluídas na pauta de petições dessa central.

Essa é a parte formal do conflito que ganhou muita importância no processo político do país, apesar de seus não poucos aspectos negativos. Como compreender o sucedido e revelar as tendências fundamentais que o impulsionaram?

Apenas mencionaremos de passagem os aspectos anecdóticos do ocorrido e não os analisaremos de modo isolado, pois é somente um minuto na luta de classes. A última greve, com todas as suas particularidades, forma parte de um grande, contraditório e tortuoso processo que partem confusamente dos anos cinquenta e se viu obrigado a vencer não poucos obstáculos e recuos para chegar até nossos dias.

No lapso entre 1952 e 1996 - quarenta e dois anos - o partido de enorme importância com referência às massas, que marcou a evolução política das massas, foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Os que fizeram a revolução de 9 de abril de 1952, que elaboraram as bandeiras das Teses de Pulacayo e que lutaram contra a rosca durante o sexênio, ou seja, a classe operária, se somaram ao MNR - juntamente com o campesinato e a classe média urbana -, por considerar que encarnava a política revolucionária do proletariado, quando, em realidade, era uma agrupação pequeno-burguesa que propunha o desenvolvimento econômico capitalista integral do país. Isso permitiu colocar que os governos movimentistas, por sua

natureza de classe, estavam condenados a concluir como instrumentos do imperialismo norteamericano e desenvolver uma política antiproletária.

A oposição operária ao MNR no poder começou desde o primeiro momento. O co-governo MNR-COB era mais uma ficção que uma realidade. A realidade do co-governo se expressou como pressão e crítica da Central Operária sobre o regime presidido por Victor Paz. Os revolucionários opositores não atinavam colocar a derrubada do movimentismo.

Em 1996, a oposição ao desgoverno movimentista, servente do imperialismo, é nacional e chega ao extremo de pedir a derrubada de Goni, um novo 9 de abril. Não se pode duvidar de que dessa maneira a luta de classes aparece claramente expressada no choque entre a burguesia (MNR-imperialismo) e o proletariado (impulso instintivo anticapitalista, comunista).

Como se vê, trata-se de uma clara evolução da luta de classes, do desenvolvimento da situação política.

As massas que encarnam a política revolucionária do proletariado dão vida, ação, à classe operária boliviana, sua consciência de classe. Todo esse processo desemboca na colocação da necessidade de um poderoso partido marxista-leninista-trotskyista.

Os acontecimentos bolivianos têm lugar no quadro internacional de queda do estalinismo contrarrevolucionário, que criou uma aguda crise ideológica-organizativa na esquerda. A realidade é que vivemos um retrocesso doloroso em meio ao nascimento da nova sociedade. Não se pode aceitar que a restauração capitalista na URSS signifique o fim do processo revolucionário. O que está acontecendo na Bolívia é um exemplo - ainda que de dimensões limitadas - de que a revolução social, o nascimento da sociedade comunista, não desapareceu, ainda que é certo que esteja vivendo um momento difícil.

As massas bolivianas, identificadas com a política do proletariado, encarnam as leis da história e protagonizam a luta por sepultar o capitalismo e avançar rumo à nova sociedade. Algum observador poderá dizer que de nada disso falam os explorados e oprimidos que ganham as ruas, protagonizam as greves, chocam-se com a polícia etc. Isso é certo, pois se trata de um impulso instintivo. No entanto, o desenvolvimento do processo político coloca a urgência do partido do proletariado (que expressa a consciência classista desta classe), o que permitirá que a luta instintiva se transforme em consciente, em plenamente política.

Os acontecimentos de

1996 demonstram que as massas amadurecem politicamente, seguem a mesma linha iniciada na época das Teses de Pulacayo, retomando e potenciando as lutas que levaram as massas durante os governos movimentistas, assimilando o legado da Assembléia Popular sobre como encaminhar-se à conquista do poder.

Se analisamos o que fizeram as massas operárias, buscaram objetivos, equivocaram-se, foram reprimidas etc, temos de concluir que é explicável pelo nível político em que atuaram os operários e oprimidos em 1952, diferente do que imperou em 1971 e sem dúvida do que impera em nossos dias. Não se deve esquecer que um dos fatores decisivos que define uma situação política é o nível de maturidade política dos explorados e oprimidos.

O papel do proletariado parte da contradição fundamental que existe na estrutura econômica da sociedade, como choque das forças produtivas (das quais a força de trabalho é seu elemento fundamental) com as relações de produção ou a forma da grande propriedade privada burguesa dominante. Por isso dizemos que a força de trabalho não proprietária encarna as leis da história, da transformação radical da sociedade.

A maturidade das massas põe em evidência que em momentos de maior radicalização das massas, essas atuam como instrumentos das leis da história. O partido revolucionário - que utiliza o método do materialismo histórico - é o instrumento consciente dessas leis, por isso, em certo momento, aparece totalmente identificado com as massas combatentes.

A teoria e a experiência nos ensinam que as massas, nos períodos de normalidade, são conservadoras e que nem sempre possuem consciência de classe. Isso se traduz em que, nos períodos normais, os explorados e oprimidos aparecem como conservadores, somente em períodos de radicalização se descobre que instintivamente já são comunistas.

Tendo como referência as leis da história, comprovamos que as massas evoluem aceleradamente rumo a uma política independente, diferente e contrária à burguesa.

Encaminhamo-nos para a materialização das leis da história, isso porque se conseguiu diferenciar-se ideologicamente da burguesia e de seus governos de turno, mais concretamente do MNR. Os últimos acontecimentos que vivemos e continuamos vivendo confirmam o que vínhamos sustentando.

